

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição
de Pagamentos S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de Pagamentos S.A.)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas e do relatório do auditor independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em 2025, o Fits registrou faturamento de R\$ 131,8 milhões e caixa líquido das atividades operacionais de R\$ 10,7 milhões. Apesar da redução na receita anual, resultado de decisões estratégicas e consistentes tomadas no início do ano com foco em rentabilidade e qualidade, o desempenho demonstra elevada disciplina financeira, eficiência operacional e o amadurecimento significativo da Instituição, que completou 10 anos desde sua criação.

As iniciativas de concentração comercial nos segmentos em que temos maior expertise geraram crescimento de 90% no faturamento dessa carteira, reforçando a convicção de que seguimos no caminho certo para construir rentabilidade sustentável, governança sólida e serviços de alta qualidade aos nossos parceiros.

Classificada no Segmento S5 de regulação prudencial, com arcabouço simplificado, a Instituição manteve estrutura de capital regulatório confortavelmente acima do mínimo exigido de 17% em dezembro de 2025.

O segundo semestre de 2025, foi marcado por relevantes mudanças regulatórias destinadas a fortalecer a segurança do sistema financeiro nacional — como o aprimoramento do Mecanismo Especial de Devolução do Pix (MED 2.0), o reforço nas exigências de governança, compliance e capital (Regulatório +) e a Resolução Conjunta nº 16, de 28 de novembro de 2025, que dispõe sobre a prestação de serviços de *Banking as a Service* (BaaS). Como exemplo prático de adaptação a essa norma, em 6 de março de 2026 a Fits suprimiu o termo “Bank” de sua denominação social (ex-Fitbank Instituição de Pagamento S.A.).

Vemos esses movimentos como uma oportunidade ímpar de fortalecimento da indústria de meios de pagamento, que segue com fundamentos estruturais extremamente favoráveis. O Pix, por exemplo, apresentou crescimento anual de 35,2% em 2025, totalizando R\$ 35,3 trilhões em volume transacionado.





Para 2026, seguiremos priorizando a aceleração comercial junto a clientes de maior valor e retenção, a otimização contínua de nossa estrutura operacional e a manutenção de um *disclosure* claro e previsível. Acreditamos que essa estratégia trará reflexos positivos e consistentes em rentabilidade, inovação tecnológica, governança e criação de valor de longo prazo, consolidando a confiança dos atuais investidores e atraindo novos parceiros para a próxima fase de expansão.

Agradecemos sinceramente a nossos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e dedicação ao longo de 2025.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Fits Instituição de Pagamento S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de Pagamentos S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fits Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição” e anteriormente denominada Fitbank Instituição de Pagamentos S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

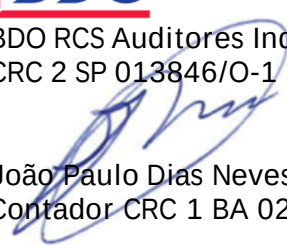
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



João Paulo Dias Neves
Contador CRC 1 BA 027946/O-0 - S - SP

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	31/12/2025		Nota explicativa	31/12/2025
Disponibilidades	5	22.887	Passivos financeiros ao custo amortizado		514.055
Ativos financeiros ao custo amortizado		549.175	Depósitos	14	492.153
Títulos e valores mobiliários	6	16.101	Obrigações por empréstimos	15	21.902
Relações interfinanceiras	7	517.485	Dividendos		2.490
Contas a receber	8	4.018	Obrigações fiscais correntes	16.a	5.889
Outros ativos	9	11.571	Outros passivos	16.b	39.658
Ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	Provisão para contingências	17	558
Títulos e valores mobiliários		-			562.650
Ativos fiscais correntes e diferidos	10	3.435	Patrimônio líquido	19	
Ativos fiscais correntes e diferidos		3.435	Capital social		69.810
Permanente		78.287	Reservas de capital		2.400
Investimentos	11	19.920	Reserva legal		1.155
Participações em coligadas e controladas		1.294	Ajuste de avaliação patrimonial		(77)
Ágio		18.626	Reserva de lucros		17.846
Imobilizado de uso	12	2.759			91.134
Imobilizado de uso		7.722			
(Depreciações acumuladas)		(4.963)			
Intangível	13	55.608			
Ativos intangíveis		87.969			
(Amortizações acumuladas)		(32.361)			
Total do ativo		653.784	Total do passivo e patrimônio líquido		653.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2° Sem 2025	2025
Receitas de intermediações financeiras	20	39.278	71.227
Receitas interfinanceiras		36.471	66.736
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.a	2.807	4.491
Despesas da intermediação financeira		(294)	(546)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(294)	(546)
Resultado bruto da intermediação financeira		38.984	70.681
Outras receitas (despesas) operacionais		(33.302)	(55.225)
Receitas de prestação de serviços	21	26.068	59.973
Resultado de participação em coligadas e controladas		275	581
Despesas de pessoal	22	(3.421)	(10.816)
Despesas com depreciação e amortização		(8.865)	(16.217)
Despesas tributárias	24	(4.227)	(9.176)
Serviços do sistema financeiro		(2.866)	(6.983)
Outras despesas administrativas	23	(20.603)	(42.074)
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	25	(19.663)	(30.513)
Resultado operacional		5.682	15.456
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.682	15.456
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social		(2.261)	(4.972)
Lucro líquido do semestre/exercício		3.421	10.484
Lucro líquido por ação (expresso em R\$ por ação)			
Básico/diluído		8,53	26,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	3.421	10.484
Outros resultados abrangentes	1.518	(86)
Resultado abrangente total	4.939	10.398

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
					Reserva Legal	Reserva especial de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		68.210	-	2.400	1.046	11.498	-	9	83.163
Adoção inicial BCB 352		-	-	-	-	-	(1.618)	-	(1.618)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		68.210	-	2.400	1.046	11.498	(1.618)	9	81.545
Aumento de capital	19	7.500	-	-	-	-	-	-	7.500
Capital a integralizar		-	(5.900)	-	-	-	-	-	(5.900)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.484	-	10.484
Ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	(86)	(86)
Constituição da reserva legal		-	-	-	524	-	(524)	-	-
Constituição de dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.490)	-	-
Outras mutações do Patrimônio Líquido		-	-	-	(415)	-	496	-	81
Reclassificação de reserva especial de lucros		-	-	-	-	6.348	(6.348)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		75.710	(5.900)	2.400	1.155	17.846	-	(77)	91.134
Saldos em 30 de junho de 2025		75.710	(5.900)	2.400	631	-	17.440	(1.595)	88.686
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	3.421	-	3.421
Constituição da reserva legal		-	-	-	524	-	(524)	-	-
Reclassificação de reserva especial de lucros		-	-	-	-	17.846	(20.337)	-	(2.491)
Ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	1.518	1.518
Saldos em 31 de dezembro de 2025		75.710	(5.900)	2.400	1.155	17.846	-	(77)	91.134

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método do indireto Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre/exercício	3.421	10.484
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para contingências	-	553
Depreciação e amortização	8.359	13.188
Juros sobre empréstimos	1.844	2.467
Amortização de ágio sobre rentabilidade futura	517	1.035
Lucro líquido do semestre ajustado	14.141	27.727
Variações líquidas nos ativos		
Títulos e valores mobiliários	6.147	5.959
Relações interfinanceiras	(146.567)	98.127
Ativos fiscais correntes e diferidos	2.879	(742)
Rendas a receber	(617)	720
Outros ativos	9.608	2.175
	(128.550)	106.239
Variações líquidas nos passivos		
Depósitos	143.507	(98.140)
Obrigações fiscais correntes	1.440	4.506
Outros passivos	(12.416)	(7.586)
	132.531	(101.220)
Recursos líquidos das atividades operacionais	18.122	32.746
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte em controlada	-	(1.294)
Aquisições e baixas de imobilizado	211	22
Aquisições de intangível	(11.226)	(26.420)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(11.015)	(27.692)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(6.454)	4.060
Aumento de capital	-	1.600
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(6.454)	5.660
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	653	10.714
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	22.234	12.173
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	22.887	22.887
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	653	10.714

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fits Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição” e Anteriormente denominada Fitbank Instituição de Pagamento S.A.), iniciou suas atividades em 12 de janeiro de 2011, atuando como instituição de pagamento, podendo realizar, como atividade principal, toda e qualquer transação de pagamento, abrangendo o ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos, de gerir conta de pagamento e de emitir instrumento de pagamento, independentemente de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador (pessoa natural ou jurídica que autoriza a transação de pagamento) e o recebedor (pessoa natural ou jurídica que é o destinatário final dos recursos de uma transação de pagamento).

Em 03 de maio de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União a autorização dada pelo Banco Central do Brasil do funcionamento como instituição de pagamento, na modalidade emissor de moeda eletrônica.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Instituição realizou a alteração do nome da Instituição para Fits Instituição de pagamentos S.A, vide nota 29.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando aplicável.

A Apresentação destas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). A moeda funcional da Instituição é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis da Instituição estão sendo apresentadas conforme a Resolução BCB nº 2/20.

A Instituição em 1º de janeiro de 2025 conforme a Resolução BCB nº 352/23, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, optou por utilizar a faculdade de dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores dessas demonstrações contábeis, conforme previsto no artigo 102 desta resolução.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para riscos processuais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da instituição e foram por ela aprovadas em 15 de maio 2026.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir.

3.1. Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos em contas correntes bancárias, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Instrumentos financeiros

A adoção da Resolução BACEN nº 352/2023 e normas complementares foi realizada de maneira prospectiva. As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes dessa adoção inicial foram registradas na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, após a dedução dos impactos fiscais correspondentes.

Nos termos dessas normas, os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários, passam a ser classificados e mensurados com base em:

- (i) O modelo de negócios definido pela instituição para sua gestão;
- (ii) As características dos fluxos de caixa contratuais de cada instrumento.

De acordo com esse critério, os títulos podem ser registrados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando o objetivo do modelo de negócios é receber os fluxos de caixa contratuais, desde que estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os rendimentos são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando o modelo de negócios contempla tanto a geração de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos. Os rendimentos são apropriados ao resultado, enquanto as variações no valor justo são registradas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo reclassificadas para o resultado quando da baixa ou reclassificação do ativo;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando não se enquadram nos critérios para custo amortizado ou VJORA, ou ainda quando a designação nessa categoria é feita para eliminar ou reduzir inconsistências contábeis. Tanto os rendimentos quanto as variações no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do semestre.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros, incluindo contas a receber de clientes, e os passivos financeiros são reconhecidos na data em que a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Mensuração inicial

- Ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo. Para instrumentos não mensurados ao VJR, são acrescidos os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição;
- Contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo são inicialmente mensuradas ao preço da transação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Instituição mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Instituição pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, A Instituição pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Instituição realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Instituição;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Instituição.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Instituição considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, A Instituição considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Instituição a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR:	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado:	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA:	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado ou ao VJR:

- Passivos financeiros ao VJR são designados como tal no reconhecimento inicial ou mantidos para negociação;
- Outros passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos, com alterações reconhecidas no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Instituição desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais expiram;
- Substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos;
- O controle do ativo não é retido em uma transação onde não ocorre transferência completa dos riscos e benefícios.

Passivos financeiros

A Instituição desreconhece um passivo financeiro quando extintos, cancelados ou renegociados com alterações substanciais nos termos.

(i) Compensação

Ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial apenas quando:

- Há um direito legalmente executável de compensar os valores;
- Existe intenção de liquidá-los em base líquida ou simultaneamente.

Valor justo e categoria dos títulos e valores mobiliários

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos a seguir:

- Nível 1: a avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: a avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos;
- Nível 3: a avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da Administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da Administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Instituição considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da Administração.

A Instituição possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

Provisão para Perdas de Crédito de Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, toda a carteira de crédito da Instituição encontra-se classificada na categoria C5, sendo a provisão calculada conforme os critérios do regime simplificado.

A provisão para perdas esperadas é determinada utilizando:

- Anexo 2 da Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece os parâmetros para cálculo das perdas esperadas;
- Anexo 1 da mesma resolução, utilizado para cálculo complementar das perdas incorridas, conforme disposto no artigo 78, quando aplicável.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente do estágio ou risco de crédito, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Operações de crédito com mais de 90 dias de atraso são consideradas ativos problemáticos e tratadas como perda incorrida.

A Administração considera a provisão para perdas esperadas suficiente para cobrir os riscos potenciais de inadimplência em conformidade com os requisitos da Resolução BCB nº 352/2023.

Durante os trabalhos preparatórios para a adoção da Resolução BCB nº 352, foi registrado aumento de provisão no montante de R\$ 1.872, decorrente da aplicação da metodologia simplificada. O impacto líquido no Patrimônio Líquido no exercício foi de R\$ 1.619.

A Lei nº 14.467/2022, que disciplina os impactos tributários, tem como objetivo alinhar a tributação das instituições financeiras às novas normas contábeis. Entre os principais aspectos abordados, destacam-se:

- A definição de critérios para reconhecimento de receitas e despesas financeiras para fins fiscais;
- A regulamentação dos efeitos da provisão para perdas de crédito na base de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- As regras aplicáveis à tributação das variações de valor justo em instrumentos financeiros, especialmente aqueles registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

Conforme o artigo 6º da referida lei, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, referentes a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas ou recuperadas até essa data, somente poderão ser excluídas do lucro líquido à razão de 1/84 avos por mês, a partir de janeiro de 2026.

A adoção das novas práticas contábeis ocorreu de forma prospectiva, em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023. Os impactos nos saldos iniciais decorrentes da adoção das novas normas foram registrados no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados.

3.3. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.4. Investimento

Os investimentos são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. Sofre variações com base nos resultados e patrimônio líquido das investidas.

Nesse grupo, também são reconhecidos *goodwill* decorrente da expectativa de rentabilidade futura dos ativos adquiridos. Esse valor corresponde ao montante pago excedente ao ativo líquido das investidas adquiridas por meio de combinação de negócios.

Anualmente a instituição realiza a avaliação de impairment do ágio.

3.5. Imobilizado de uso e intangível

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

O Intangível está representado por “Software”, representando os valores acumulados incorridos em sua produção própria e melhorias contínuas até estarem prontos para suportar as operações da atividade fim da Instituição e regulatórios. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Instituição tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Capital social

O investimento efetuado na Instituição pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.8. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do semestre atribuído aos acionistas da Instituição pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo semestre.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do semestre atribuído aos acionistas da Instituição pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo semestre levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos

A Instituição avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Instituição em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.10. Tributos correntes e diferidos

Tributos sobre as receitas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à incidência cumulativa de PIS/Pasep e COFINS, bem como do ISSQN, conforme a natureza do serviço e a legislação municipal aplicável.

Durante o 1º semestre/exercício de 2025, aplicaram-se as seguintes alíquotas:

- PIS/Pasep: 1,65%; COFINS: 7,60%; ISSQN: 2,00%.

As Receitas Interfinanceiras — compreendidas como as receitas financeiras decorrentes da administração dos recursos de terceiros mantidos em contas de pagamento, nos termos da Resolução BCB nº 80/2021 — sujeitam-se às alíquotas reduzidas de 0,65% (PIS/Pasep) e 4,00% (COFINS), conforme o disposto no art. 1º do Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda do semestre corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda.

A contribuição social sobre o lucro líquido, foi calculada à alíquota de 9%.

Para o imposto de renda e contribuição social, considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do semestre.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes, reconhecidos no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Lei Complementar nº 224/2025 – Majoração da Alíquota da CSLL

Esclarecemos que a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Contudo, conforme disposto no próprio texto legal e em observância ao princípio da anterioridade aplicável às contribuições sociais, a nova alíquota produzirá efeitos somente a partir do exercício de 2026.

Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a apuração da CSLL permanece sendo realizada com base na alíquota vigente até então, não havendo impacto no cálculo do tributo corrente referente a 2025, produzindo efeitos apenas nas projeções de realização e mensuração dos tributos diferidos.

Eventuais efeitos decorrentes da alteração legislativa serão refletidos nas demonstrações contábeis a partir do exercício de 2026, conforme aplicável.

3.11. Riscos processuais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Instituição é parte em processos cíveis. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao semestre/exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa:

- Provisão para perdas esperadas em operações de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de principal ou encargos, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos da operação, dos devedores e garantidores, os períodos de atraso e o grupo econômico, em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponibilidades

As disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

	Dez/2025
Bancos	5.611
Reservas - Banco Central	17.276
	<u>22.887</u>

6. Títulos e valores mobiliários (Custo amortizado)

	Dez/2025
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.407
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.694
	<u>16.101</u>

As aplicações financeiras de curto prazo da Instituição são compostas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs (indexados ao CDI) e por Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Tesouro Selic).

- CDBs (CDI/DI): emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com possibilidade de resgate diário sem penalidade. Fluxos de caixa contratuais representam pagamentos de principal e juros (SPPI).
- LFT (Tesouro Selic): títulos públicos federais pós-fixados à taxa Selic, com liquidez diária no Selic/Tesouro e risco de crédito soberano. Também atendem ao critério SPPI:

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Dez/2025	01/07/2025 a 31/12/2025		Dez/2025	01/07/2025 a 31/12/2025
Títulos privados	1.855	1.515	Títulos privados	1.855	1.515
Títulos - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.439	684	Títulos - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.439	684
Títulos - Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.197	608	Títulos - Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.197	608
	<u>4.491</u>	<u>2.807</u>		<u>4.491</u>	<u>2.807</u>

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Relações interfinanceiras

	Dez/2025
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	517.485
	<u>517.485</u>

Os créditos vinculados ao banco central do brasil refere-se a recursos oriundos de depósitos de clientes, provenientes dos contratos de serviços de pré-pagamentos e ou realização de operações financeiras, como transferências, pagamentos de contas e outras operações previstas contratualmente com a Instituição, mantidas em moeda eletrônica e vinculados ao Banco Central do Brasil, remunerados pela taxa Selic, conforme regulamentação vigente, Resolução CMN 4.282/2013 e a Res. n° 89 de 22/04/2021, que dispõem sobre a necessidade de segregação e aplicação de recursos de terceiros.

8. Contas a receber

	Dez/2025
Serviços prestados a receber	7.915
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(3.897)
	<u>4.018</u>

9. Outros ativos

	Dez/2025
Valores a receber - Partes relacionadas	8.696
Adiantamentos a terceiros	2.053
Depósitos e bloqueios judiciais	400
Adiantamento a funcionários	5
Outros ativos	417
	<u>11.571</u>

10. Ativos fiscais correntes e diferidos

Os ativos fiscais são representados, substancialmente, por créditos tributários oriundos de impostos e contribuições a recuperar, os quais serão realizados no curso normal das operações da Instituição, mediante compensação com tributos a recolher, segue a seguir:

	Dez/2025
Tributos a compensar	2.993
Saldo negativo CSLL	281
Saldo negativo IRPJ	3
Outros ativos fiscais	158
	<u>3.435</u>

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

	Dez/2025
Investimento em controladas	21.989
Amortização do ágio	(2.069)
	<u>19.920</u>

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Os itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustadas de maneira prospectiva:

	Depreciação % a.a	Custo	Depreciação acumulada	Líquido Dez/2025
Instalações	10%	451	(198)	253
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.148	(845)	1.303
Equipamentos de proc. de dados	20%	2.872	(2.126)	746
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	165	(18)	147
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.086	(1.776)	310
		<u>7.722</u>	<u>(4.963)</u>	<u>2.759</u>

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresenta-se a movimentação do imobilizado:

	Dez/2024	Adições	Baixas	Dez/2025
Custo				
Instalações	451	-	-	451
Móveis e equipamentos de uso	2.202	-	(54)	2.148
Equipamentos de proc. de dados	2.840	32	-	2.872
Equipamentos de comunicação e segurança	165	-	-	165
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.086	-	-	2.086
	<u>7.744</u>	<u>32</u>	<u>(54)</u>	<u>7.722</u>
Depreciação				
Instalações	(148)	(50)	-	(198)
Móveis e equipamentos de uso	(605)	(240)	-	(845)
Equipamentos de proc. de dados	(1.494)	(632)	-	(2.126)
Equipamentos de comunicação e segurança	(45)	(18)	45	(18)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.286)	(490)	-	(1.776)
	<u>(3.578)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>45</u>	<u>(4.963)</u>
Imobilizado líquido	<u>4.166</u>	<u>(1.398)</u>	<u>(9)</u>	<u>2.759</u>

13. Intangível

	Amortização % a.a	Custo	Amortização acumulada	Líquido Dez/2025
Softwares	20%	87.969	(32.361)	55.608
		<u>87.969</u>	<u>(32.361)</u>	<u>55.608</u>

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Depósitos

	Dez/2025
Saldos de contas de clientes - Livres	492.153
	<u>492.153</u>

Recurso de clientes, representados por saldos de moeda eletrônica, mensurado pelo valor nominal. Mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para a realização de operações financeiras, como transferências, pagamentos de contas e outras operações previstas na regulamentação do BACEN, que se constitui patrimônio separado. Art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

15. Obrigações por empréstimos

	Dez/2025
Circulante	2.168
Não circulante	19.734

15.1. Abertura dos empréstimos

Modalidade	Indexador	Taxa	Vencimento	dez/25
FINEP Inovacred (a)	TR	TR + 5,57% a.a.	15/04/2028	7.568
Empréstimo Bancário	CDI	CDI + 2,70% a.a.	22/05/2028	6.808
Empréstimo Bancário	CDI	CDI + 5,04% a.a.	07/04/2027	5.357
Empréstimo Bancário	-	16,87% a.a.	17/03/2026	1.013
Empréstimo Bancário	CDI	CDI + 4,99% a.a.	30/09/2026	1.155
				<u>21.902</u>

Modalidade	Indexador	Taxa	Vencimento	dez/25
FINEP Inovacred (a)	TR	TR + 5,57% a.a.	15/04/2028	7.568
Empréstimo Bancário	CDI	CDI + 2,70% a.a.	22/05/2028	6.808
Empréstimo Bancário	CDI	CDI + 5,04% a.a.	07/04/2027	5.357
Empréstimo Bancário	-	16,87% a.a.	17/03/2026	1.013
Empréstimo Bancário	CDI	CDI + 4,99% a.a.	30/09/2026	1.155
				<u>21.902</u>

- a) A Desenvolve SP é uma agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo, que se preocupa com o investimento inteligente e a democratização do crédito, oferecendo financiamentos com taxas e condições competitivas.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais correntes e outros passivos

a) Obrigações fiscais correntes

	Dez/2025
IRPJ a recolher	2.977
COFINS a recolher	1.202
CSLL a recolher	1.158
PIS a recolher	202
ISS a recolher	104
IRRF sobre serviço de terceiros	98
Outros impostos a recolher	148
	<u>5.889</u>

b) Outros passivos

	Dez/2025
Saldos bloqueados de clientes - BACENJUD	16.874
Garantia Bandeira Visa	8.770
Valores a pagar de sociedades ligadas (a)	8.207
Contas a pagar - Serviços de terceiros	918
Contas a pagar - Infraestrutura	307
<i>Profit Share</i>	69
Outros passivos	4.513
	<u>39.658</u>

a) Saldo de equivalência patrimonial com a empresa Easyc Holding.

17. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da empresa, no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que devem ser realizados, destacamos a seguir os valores dos processos com probabilidade e perda provável:

	Dez/2025
Trabalhistas	558
	<u>558</u>

Os processos trabalhistas classificados como perda possível representavam o montante de R\$ 6.135, em 31 de dezembro de 2025.

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas

Partes relacionadas referem-se a entidades que fazem parte do mesmo grupo da Instituição, acionistas com participação significativa, empresas associadas a eles, administradores, membros do conselho, outros membros-chave da Administração e seus familiares.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a preços compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução do risco.

Os saldos de partes relacionadas estão compostos abaixo:

	<u>Dez/2025</u>
Ativo	
Valores a receber sociedades ligadas – Easy Holding S.A (Nota 9)	8.483
Valores a receber sociedades ligadas – Fitbank Holdings S.A (Nota 9)	<u>213</u>
	<u>8.696</u>
Passivo	
Valores a pagar sociedades ligadas – Easy Holding S.A (Nota 16)	<u>8.207</u>
	<u>8.207</u>

As transações

Remuneração de pessoal-chave da Administração

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, aprovada em assembleia, foi de R\$ 1.890, totalizando 3.780 no exercício de 2025.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 75.710.155 (setenta e cinco milhões, setecentos e dez mil, cento e cinquenta e cinco reais) e estão representadas por 387.527 (trezentas e oitenta e sete mil, quinhentas e vinte e sete) de ações ordinárias e 13.721 (treze mil, setecentas e vinte uma) ações preferencias, todas sem valor nominal e sem emissão de certificados.

Em 27 de fevereiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas aprovaram o aumento do capital social da Instituição no montante de 7.500.226 (sete milhões, quinhentos mil, duzentos e vinte e seis reais), mediante a emissão de 11.655 (onze mil, seiscentos e cinquenta e cinco) de ações ordinárias, a aprovação do capital social foi homologada pelo Bacen em 09 de junho de 2025.

b) Reserva Legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Instituição, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Instituição, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Instituição, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

c) Dividendos

Aos Acionistas é assegurado um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da quota destinada à constituição da reserva legal e quota destinada à formação das reservas para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 não houve destinações para dividendos adicionais.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do semestre prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

e) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre, excluindo as ações ordinárias compradas pela Instituição e mantidas como ações em tesouraria:

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado básico por ação	Dez/2025
Lucro atribuível aos acionistas	10.484
Quantidade de ações	401.248
Resultado por ação – em Reais	26,13

20. Receitas interfinanceiras

	2º Semestre 2025	2025
Receita de aplicação financeira	36.471	66.736
Receita com operações de títulos e valores mobiliários	2.807	4.491
	39.278	71.227

21. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2025	2025
Receitas por serviço de pagamento - Tarifa de intercâmbio	26.068	59.973
	26.068	59.973

22. Despesas com pessoal

	2º Semestre 2025	2025
Salários e ordenados	(1.318)	(4.366)
Assistência médica	(484)	(1.431)
INSS	(111)	(1.172)
Comissões	(314)	(729)
Férias	(204)	(557)
13º salário	(109)	(375)
FGTS	(7)	(356)
Aviso prévio	(117)	(343)
FGTS rescisório	(238)	(312)
Bônus	(226)	(226)
Outras despesas com pessoal	(293)	(949)
	(3.421)	(10.816)

FITS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada Fitbank Instituição de pagamentos S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2025	2025
Custo com execução de serviços	(8.611)	(12.658)
Custo com licenças de infraestrutura	(2.275)	(8.521)
Serviços administrativos	(4.811)	(8.333)
Despesas com produtos	(1.755)	(5.029)
Assessoria jurídica	(937)	(1.713)
Aluguel de imóveis	(463)	(1.386)
Propaganda e publicidade	(197)	(787)
Assessoria contábil	(195)	(492)
Consultoria	(114)	(468)
Condomínio	(184)	(444)
Despesas com viagem	(177)	(434)
Outras despesas	(884)	(1.809)
	<u>(20.603)</u>	<u>(42.074)</u>

24. Despesas tributárias

	2º Semestre 2025	2025
COFINS	(2.737)	(6.110)
PIS	(740)	(1.445)
ISS	(542)	(1.191)
IOF	(41)	(182)
IR	(124)	(135)
Outros tributos	(43)	(113)
	<u>(4.227)</u>	<u>(9.176)</u>

25. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2025	2025
Despesas com <i>Profit Share</i>	(14.474)	(29.193)
Custos bancários	(1.846)	(2.470)
Provisão para contingências	-	(552)
Energia elétrica	(80)	(246)
Outras rendas operacionais	1.036	1.124
Outras rendas não operacionais	241	5.970
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.540)	(5.146)
	<u>(19.663)</u>	<u>(30.513)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gestão de risco

a) Gestão de risco operacional:

Conforme Resolução nº 4.557/2017, informamos que a empresa dispõe de estrutura de gerenciamento de risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados a suas atividades. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos.

27. Análise de sensibilidade

Os resultados da Instituição são sensíveis às variações decorrentes das operações financeiras atreladas às flutuações nas taxas de juros, isso faz com que os rendimentos de aplicações financeiras e as rendas de antecipações sejam substancialmente afetadas pelas flutuações nas taxas de juros, a exemplo da taxa do CDI. Para reduzir eventuais riscos de exposição às taxas de juros, a Instituição aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. A aplicação estratégica dessas “reservas” tem como objetivo assegurar a liquidez no curtíssimo prazo advindos do risco de crédito em tempos de incertezas, protegendo-se de eventuais resultados adversos ou imprevisíveis e da volatilidade do mercado, precavendo-se para adequações repentinas adotadas pelos responsáveis na condução da política monetária ou econômica.

As métricas de apuração da lucratividade da Instituição quando medidas a partir das taxas médias de juros praticadas no 1º semestre de 2025 e exercício de 2025, e sensibilizadas com taxas mais baixas de 10%; 25%; 50% e 75%, utilizadas para testar os limites de estresse em cenários de riscos e mantendo as demais variáveis constantes, apura-se reduções nos resultados, conforme análise de sensibilidade abaixo demonstrada:

	dez/25 real	Sensibilidade nas variações das taxas de juros			
		-10%	-25%	-50%	-75%
Resultado antes dos impostos e das receitas financeiras atreladas a taxa de juros	(45.999)	(45.999)	(45.999)	(45.999)	(45.999)
Receitas interfinanceiras	66.736	60.062	50.052	33.368	16.684
Resultado com TVM	4.491	4.042	3.368	2.246	1.123
(-) Tributos incidentes sobre as rendas	(9.772)	(8.795)	(7.329)	(4.886)	(2.443)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	15.456	9.311	92	(15.272)	(30.635)
Imposto de renda e contribuição social	(4.972)	(3.724)	(37)	6.109	12.254
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	10.484	5.586	55	(9.163)	(18.381)

Os resultados da Instituição são impactados somente pelas flutuações nas taxas de juros. Outras variáveis não controláveis, tais como, flutuações no volume financeiro das transações, quantidade de transações capturadas, flutuações no ticket médio de compras, não foram consideradas na análise de sensibilidade.

A Instituição não possui investimentos em operações de hedge, derivativos, empréstimos e financiamentos, ativos ou passivos sujeitos as oscilações cambiais, que possam afetar seus resultados ou provocar reduções adversas no seu patrimônio líquido, o uso do capital próprio no curso normal de suas atividades como administradora de cartões, mitiga os riscos de liquidez, liberando e direcionando a administração para controlar os riscos de crédito e operacional com eficiência e frequência.

28. Gerenciamento da estrutura de capital

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Gerenciamento de capital

A Instituição possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17 e alterações.

A Instituição está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

Na data-base 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 21.023 e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco ("RWA"), era de R\$ 118.853 na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17 e alterações.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17%, o equivalente a R\$ 20.205.

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentou Patrimônio de Referência inferior ao valor mínimo exigido, atendendo ao percentual mínimo de 17% previsto na regulamentação vigente.

a) Gestão de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da empresa. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Sociedade está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua Carteira, conforme determina a Resolução CMN 4.557/2017 do Banco Central do Brasil.

b) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Gestão de riscos operacionais

A Fits possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Fits adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável.

29. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2026, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Instituição realizou a alteração do nome da Instituição para Fits Instituição de pagamentos S.A.